

Estado é o 2º do País que melhor controla suas contas

Gestão capixaba do dinheiro público ficou atrás apenas de São Paulo, segundo levantamento feito com 23 estados brasileiros

Beatriz Seixas

Para que uma conta não feche no vermelho, na teoria o cálculo é simples: basta gastar menos do que se ganha. Na prática, entretanto, o desafio para manter a saúde financeira é muito maior. E, quando se trata de receitas e despesas públicas, a situação se torna ainda mais complexa.

Para fazer um diagnóstico de como os estados brasileiros têm administrado os cofres públicos, a RC Consultores realizou um levantamento que avaliou 28 indicadores ligados a receitas, despesas com pessoal e custeio da máquina, investimentos e endividamento de 23 entes da Federação.

O resultado mostrou que o Espírito Santo é o segundo estado do País que melhor controla suas contas, atrás apenas de São Paulo. O economista da RC Consultores Marcel Caparoz destaca que a gestão do governo capixaba principalmente no que se refere a “Despesas correntes X Receita Corrente”, “Pessoal e Encargos X Receita tributária” é a melhor do Brasil.

O governador do Estado, Renato Casagrande, comemorou o resultado: “Tenho dito que conquistamos um patrimônio que contempla uma gestão responsável, com planejamento e ampliação de recursos para investimentos. Estamos ainda controlando a despesa de pessoal e custeio. Isso dá ao Estado a capacidade de transformar sonhos em realidade.”

Já em relação a investimentos em Segurança, Saúde e Educação, o Espírito Santo ficou nas últimas posições do ranking, diz Caparoz.

Para o governador, esses números serão superados: “Em 2013 começamos a avançar numa área que é captação de recursos, além de parcerias com setor privado. O nível de investimento no ano passa-



O GOVERNADOR CASAGRANDE explicou que o governo está controlando também a despesa de pessoal e custeio

do, de R\$ 2 bilhões, mostra que a reorganização do Estado é para levar mais aplicação de recursos para essas áreas”, garantiu.

O doutor em Administração Pública de governo e professor da Ufes Alexandre Reis Rosa avalia que o cenário de gastos descontrolados comum a muitos estados não respingou no Espírito Santo devido à postura da administração:

“A reação que o Estado teve em relação a cenários perigosos como o fim do Fundap, a redistribuição dos royalties e uma possível redução da alíquota do ICMS fizeram com que os gastos fossem mais controlados. Além disso, o plano de desenvolvimento 2025 contribuiu para que alguns cenários fossem antecipados e a gestão se tornasse mais eficiente.”

“Tenho dito que conquistamos um patrimônio que contempla uma gestão responsável”

Renato Casagrande, governador

Raio X da gestão

RANKING DA GESTÃO PÚBLICA

1º	São Paulo
2º	Espírito Santo
3º	Amazonas
4º	Ceará
5º	Santa Catarina
6º	Tocantins
7º	Paraná
8º	Minas Gerais
9º	Pernambuco
10º	Goiás
11º	Mato Grosso do Sul
12º	Mato Grosso
13º	Pará
14º	Bahia
15º	Rio de Janeiro
16º	Piauí
17º	Paraíba
18º	Rio Grande do Sul
19º	Rio Grande do Norte
20º	Alagoas
21º	Maranhão
22º	Roraima
23º	Sergipe

Obs.: Foram excluídos do estudo Acre, Amapá, Distrito Federal e Rondônia por falta de detalhamento de dados desses estados.

Fonte: RC Consultores e Ipea.

Metade dos estados brasileiros tem rombo fiscal

Quando se faz um retrato das contas públicas dos estados brasileiros, em relação ao ano de 2013, o resultado é de alerta. Metade dos entes federativos mais o Distrito Federal fecharam o ano passado com um rombo nos cofres públicos. As receitas de 2013 não foram suficientes para cobrir despesas com custeio da máquina pública, gastos com pessoal e investimentos.

Segundo dados do Tesouro Nacional e dos estados, Roraima, Acre, Piauí, Rondônia, Pernambuco, Amazonas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins, Paraíba e Minas Gerais fazem parte da lista dos que fecharam no vermelho.

No País, Roraima teve o maior rombo, de R\$ 865,1 milhões, o que impactou em 10,73% o PIB local. No Espírito Santo, o deficit no caixa, de R\$ 316,5 milhões, representou queda de 0,28% do PIB estadual, excluindo gastos com juros.

O governador Renato Casagrande justificou: “A poupança que tínhamos nos permitiu fazer aplicações maiores. É bom lembrar que também captamos muitos recursos e eles contabilizaram no caixa.”

Estados e municípios do País estão aumentando suas dívidas

Controle das contas públicas no País

GASTO DA RECEITA COM DESPESAS CORRENTES

EM 2005	85%	EM 2013	95%
---------	-----	---------	-----

CONSTATÇÃO: Gastos dos estados com pessoal, custeio da máquina, transferências para municípios e dívida estão crescendo mais do que a receita

DÍVIDA INTERNA DOS ESTADOS

2005	R\$ 323 bilhões
2007	R\$ 346 bilhões
2009	R\$ 377 bilhões
2011	R\$ 433 bilhões
2013	R\$ 494 bilhões*

* Valor até outubro de 2013

CONSTATÇÃO: O endividamento dos estados sobe ano após ano. Um dos argumentos dos governos para esse cenário é que os juros impedem que o valor a pagar seja reduzido



SÃO PAULO: no topo do ranking

PARTICIPAÇÃO NOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

	2004	EM 2012
Municípios	50%	45%
Estados	37%	31%
União	13%	24%

CONSTATÇÃO: A participação dos estados e municípios em investimentos públicos vem caindo nos últimos 8 anos

SAIBA MAIS

Perda de pontos em Segurança

Entenda

- > O ESTUDO, feito pela RC Consultores, traz um diagnóstico dos gastos públicos de 23 estados brasileiros avaliados.
- > O LEVANTAMENTO apurou 28 pontos a partir de quatro indicadores básicos: receitas, despesas, funções (investimentos em saúde, educação, transporte e segurança).
- > NO RANKING, o Espírito Santo ficou em segundo lugar, atrás somente de São Paulo.

Resultados

- > EM RELAÇÃO aos indicadores que avaliaram “Despesas correntes/Receita corrente”, “Pessoal e Encargos sociais/receita tributária” e “Dívida interna/receita corrente”, o Estado ficou nas primeiras posições.
- > JÁ EM RELAÇÃO às despesas com investimentos em “Segurança pública/Despesa”, “Saúde/Despesa” e “Educação/Despesa”, o Estado perdeu pontos e ficou nas últimas colocações.

ANÁLISE

“Controle dos gastos deve ser cada vez mais efetivo”

“Na gestão pública de maneira geral, a situação é de escassez de recursos, daí a necessidade de lidar com as questões financeiras de maneira racional e responsável.

Isso porque a característica de um estado que, ao mesmo tempo em que favorece o mercado necessita da legitimidade que é conseguida através de gastos sociais, consolida uma si-

tuação contraditória, implicando no dever de fortalecer o planejamento estratégico, com perspectivas de longo prazo, garantindo a continuidade das ações públicas sempre voltadas para as demandas da sociedade.

A situação capixaba parece ser das menos ruins, comparativamente a outros entes da Federação. Não significa um panorama confortável,

na perspectiva da dívida pública considerada a longo prazo.

O essencial é o rumo a ser adotado e mantido pelos gestores públicos, fazendo valer cada centavo do recurso que é da sociedade, submetido ao controle que deve ser cada vez mais efetivo por meio de mecanismos democráticos e permanente responsabilização dos governantes.”

Hugo Júnior Brandião, mestre em Administração Pública e professor da Ufes

